

Marcha das Mulheres Negras é um marco de refundação da democracia



» INGRID FARIAS
Diretora de Articulação
e Parcerias do
Instituto Update

» DANDARA DE PAULA
Gerente de Programas do Instituto Marielle Franco

» MARÍLIA NASCIMENTO
Coordenadora de Projetos no
Brasil Instituto Update

Em 2015, Brasília foi tomada por cerca de 50 mil mulheres negras vindas de todas as regiões do Brasil. Mais que um protesto, a 1ª Marcha Nacional de Mulheres Negras foi um gesto civilizatório profundo e simbólico. Ao ocupar as ruas com corpos, vozes e bandeiras, a Marcha reafirmou que o direito ao Bem-Viver — conceito herdado das cosmologias indígenas e oposto ao individualismo neoliberal — deve ser a base de uma democracia mais justa e plural. Ao mesmo tempo, mostrou que a luta pelo acesso pleno a direitos da população negra é, em essência, uma conquista de toda a sociedade brasileira.

Mas essa história não começa em 2015. Antes mesmo de “democracia” ou “feminismo” integrem o vocabulário político nacional, mulheres negras já teciam com coragem e constância projetos de liberdade. De Dandara a Maria Firmina dos Reis, passando por tantas anônimas que sustentaram quilombos e revoltas,

consolidou-se uma tradição de insubmissão que a pensadora Lélia Gonzalez chamou de amefricanidade: uma poderosa síntese de heranças africanas, indígenas e populares que reescreve a própria noção de democracia.

A Marcha atualiza essa tradição. Não fala apenas em inclusão, mas em refundação democrática verdadeira. Ao colocar no centro de sua agenda a Reparação e o Bem-Viver, denuncia o pacto da branquitude que estruturou a política brasileira e sustenta privilégios sob a aparência de neutralidade. E, ao mesmo tempo, projeta alternativas concretas: criação de um fundo de reparações, cotas para mulheres negras nos Três Poderes, um plano habitacional específico, redução dos juros em empréstimos, o fim do encarceramento em massa e o fortalecimento do SUS — propostas concretas que não cabem na lógica de um projeto de “democracia canibal”. Essa expressão, cunhada pelo cientista político Marcos Nobre, descreve a forma como o sistema absorve e neutraliza demandas transformadoras e urgentes.

A potência disruptiva da Marcha nasce da posição estrutural das mulheres negras: situadas na encruzilhada entre racismo e patriarcado, mas também forjadas na resistência a ambos. Essa condição, como aponta a socióloga Patrícia Hill Collins, gera uma perspectiva analítica singular sobre os sistemas de dominação. Não se trata de uma política identitária restrita, mas de uma chave universalista. A partir de experiências específicas de opressão, a Marcha revela mecanismos que atravessam toda a sociedade e propõe mudanças capazes de beneficiar o conjunto da democracia e fortalecer o bem comum.

É por isso que falamos em refundação. A Marcha questiona a temporalidade liberal que

trata o racismo como passado já superado e propõe justiça estrutural e histórica. Denuncia o genocídio continuado da população negra e, ao mesmo tempo, projeta formas circulares de vida comunitária e sustentável — capazes de desafiar o ideal de progresso linear da modernidade e inspirar novas formas de convivência.

O que está em jogo não é apenas memória ou reconhecimento. A contribuição das mulheres negras é decisiva porque nossa experiência de exclusão forjou capacidades críticas e propositivas fundamentais para democratizar a democracia de forma efetiva e duradoura. Sociedades mais igualitárias racialmente são também mais democráticas.

A década que separa uma Marcha da outra foi de acontecimentos emblemáticos e transformadores para o Brasil e o mundo. Tivemos a eleição de uma nova geração de lideranças de mulheres negras, o assassinato brutal de Marielle Franco, a pandemia de covid-19, eleições de governos de extrema direita no mundo, o assassinato de George Floyd. Mas, mesmo antes de tudo isso, ainda em 2015, as mulheres negras já apontavam caminhos e estratégias de resistência e futuro que nos ajudaram a atravessar esses tempos.

Em novembro de 2025, quando milhares voltarem às ruas em Brasília, a história estará novamente sendo escrita. E a pergunta que ficará para o Brasil será tão simples quanto radical: estamos prontos para refundar a democracia a partir das vozes que ela mais tentou silenciar?

O Bem Viver é um horizonte ético e político baseado na imaginação radical que, num país racista e patriarcal como o nosso, só nós, mulheres negras, podemos imaginar e construir com sabedoria e esperança.



Ciência para o futuro da Amazônia



» RODRIGO ROLLEMBERG
Deputado federal e ex-secretário
de Economia Verde do Ministério
do Desenvolvimento, Indústria,
Comércio e Serviços (MDIC)

Amazônia é a maior riqueza estratégica do Brasil e também o maior desafio. Enquanto abriga a mais vasta biodiversidade do planeta e influencia o regime de chuvas de todo o país, enfrenta desigualdade social, baixa diversificação econômica e a ameaça persistente de desmatamento e garimpo ilegal. Para o Brasil, o caminho não é escolher entre floresta e desenvolvimento, mas fazer da floresta o motor de uma nova economia do conhecimento.

A história comprova: quando o Estado brasileiro apostou na ciência, os resultados foram extraordinários. A Embrapa transformou o Cerrado em potência agrícola. A Embrapa colocou o país no mapa da aviação mundial. A Petrobras revolucionou a engenharia em águas profundas. Todas nasceram de políticas públicas que combinaram visão estratégica, investimento e formação de talentos.

Inspirado nesses exemplos, proponho um robusto e regular investimento em ciência, tecnologia e inovação. Com isso, podemos transformar a maior biodiversidade do planeta na maior plataforma de inovação biológica do século 21, utilizando biotecnologia, nanotecnologia, ciências ômicas e inteligência artificial associadas aos conhecimentos tradicionais das populações locais para promover qualidade de vida, gerar riqueza, restaurar ecossistemas

e posicionar o Brasil na vanguarda da economia verde.

Os recursos podem vir de parte dos 5% que as empresas de informática incentivadas do Polo Industrial de Manaus são obrigadas a investir em pesquisa e desenvolvimento, e outra fonte deve vir dos royalties da exploração de petróleo, garantindo que a energia fóssil do presente financie a economia limpa do futuro. Essa estratégia permitirá transformar os dois setores responsáveis pelas maiores emissões de gases de efeito estufa do país: o desmatamento e a agricultura.

Substituiremos emissões por remoções de gases de efeito estufa por meio de grandes programas de bioeconomia, restauração florestal e reflorestamento produtivo baseados na biodiversidade regional, integrando produtos da floresta à alimentação escolar, à indústria e à exportação. A agricultura pode ser revolucionada com a substituição de insumos químicos sintéticos por bioinsumos e remineralizadores (pós de rocha), reduzindo a dependência de fertilizantes importados e as emissões associadas.

O Brasil já demonstrou essa capacidade com a descoberta e desenvolvimento de bactérias fixadoras de nitrogênio no solo, feitas pelas pesquisadoras Johanna Döbereiner e Mariângela Hungria e suas equipes, que permite ao Brasil economizar bilhões de dólares ao ano com a substituição de insumos químicos importados, além de reduzir as emissões de gases potentes para o aquecimento global como o óxido nitroso.

Esse propósito deve se estender para outros biomas: Cerrado, Pantanal, Caatinga, Pampa e o bioma marítimo. Juntos, esses biomas podem ancorar uma economia sustentável e inovadora. Chamo a atenção para o Cerrado, berço das águas de várias bacias hidrográficas, detentor

de imensa biodiversidade, que sofre grande pressão de expansão da fronteira agrícola e que, ao contrário de outros biomas, ainda não tem um instituto de pesquisa voltado aos seus múltiplos desafios.

Como ensinou a experiência da Embrapa, o principal ativo será gente qualificada. Esse pacto deve ampliar fortemente o financiamento de programas de pós-graduação e intercâmbio internacional, atrair cientistas brasileiros e estrangeiros e criar centros de excelência em cidades amazônicas.

Essa proposta encontra sintonia com o Programa do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que, no texto da autorreforma, aprovado em 2022, propõe a criação do programa Amazônia 4.0 e defende o fortalecimento do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, com forte aporte de recursos, como condição essencial para o desenvolvimento autônomo e soberano do Brasil. O Amazônia 4.0 é a materialização prática dessa visão: unir ciência e sustentabilidade em um mesmo projeto de futuro e soberania.

Avançamos bastante nos últimos anos com o descontingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Mas precisamos ir muito além. Garantir recursos abundantes para instituições como Embrapa, Inpa, Museu Goeldi, CBA, Fiocruz, Evandro Chagas, universidades e institutos federais é assegurar um Brasil próspero, justo e sustentável para as próximas gerações.

Apreendi com Miguel Arraes que o grande desafio é a grande oportunidade para o Brasil é aliar o conhecimento produzido nas universidades e nos institutos de pesquisa ao conhecimento produzido pelas comunidades e populações tradicionais ao longo de sua existência.

O futuro bate à porta! Vamos abri-la!

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Com alma e propósito

A responsabilidade de dar continuidade a uma coluna que nasceu um ano antes de mim é uma dessas incumbências que exige mais que o exercício da escrita. Requer o gesto de escuta, de reverência e de memória. Não se trata apenas de substituir uma assinatura, mas de sustentar uma tradição de preservar o fio de uma história que atravessou décadas acompanhando a própria construção de Brasília, desde o instante em que o concreto ainda se confundia com a poeira vermelha e o futuro parecia apenas um esboço no papel milimetrado de Lúcio Costa.

Ari Cunha, criador desta coluna, foi mais do que um cronista da cidade, foi testemunha e protagonista de uma era em que a capital ensaiava seus primeiros passos rumo à maturidade política, cultural e social. Sua pena, tão afiada quanto generosa, registrava o cotidiano com a precisão de quem sabia que cada gesto, cada personagem, cada esquina recém-pavimentada continha o germe de uma história maior. Com sua partida, os amigos, aqueles que o acompanharam nas noites de prosa e nos bastidores de poder, continuaram fiéis à leitura da coluna, como se nela ainda ressoasse o timbre do velho Ari, irônico e cordial, firme e afetuoso. Mesmo com as inevitáveis diferenças de estilo — porque ninguém escreve da mesma forma que outro, ainda que compartilhe da mesma admiração —, os leitores, mais do que tolerar a mudança, a acolheram com uma espécie de respeito silencioso, como quem entende que a escrita também é uma forma de continuidade da presença. É em meio a essa rotina de rememorar e repaginar o passado que sempre republicamos pequenos trechos das primeiras colunas do jornalista.

Uma dessas notinhas falava sobre o Colégio Dom Bosco, em Brasília, que naqueles tempos experimentava um curioso e cívico entusiasmo: o regime parlamentarista havia inspirado até mesmo o sistema escolar. Assim, os alunos organizaram-se à semelhança do modelo político vigente, elegendo presidente, primeiro-ministro e todo um conselho de ministros mirins. No registro, figuravam nomes que, à época, eram apenas promessas de juventude — Hélio Marcos, Domingos José, Mário Jorge, Dimer Camargo Monteiro, Marcelo Magno, Ítalo, Rogério Brant Martins Chaves, Rui Lemos Sampaio, Ivan de Oliveira Delforge, George Ney e Paulo César Vasques — compondo o primeiro gabinete estudantil de Brasília. Era, ao mesmo tempo, um exercício de cidadania e uma metáfora da esperança, um pequeno ensaio de democracia em uma cidade que ainda se erguia sobre o sonho de Juscelino.

A surpresa, entretanto, veio dias depois da publicação, quando uma carta chegou, escrita por um nome que ressoa entre os que moldaram o pensamento político e jornalístico da capital: Hélio Doyle, o mesmo que, em tempos de farda escolar, ocupara o simbólico posto de presidente daquela experiência parlamentarista infantil.

A carta, mais do que uma recordação pessoal, foi um gesto de reencontro entre gerações. Ao lê-la, percebi que o tempo, esse grande arquivista das memórias humanas, tem o poder de reunir o que parecia disperso, reconectando a infância à maturidade, o entusiasmo da juventude à responsabilidade da história. E, talvez, seja essa a maior lição de uma coluna que atravessou gerações, o jornalismo, quando se faz com alma e propósito, não se apaga com o tempo, apenas muda de mãos, preservando o mesmo compromisso de olhar o mundo com espírito crítico, afeto e esperança. Eis a carta: “Cara Circe,

Na “História de Brasília” de domingo você publica os nomes de integrantes de um “governo” parlamentarista, com Hélio Marcos como presidente. A nota, na coluna de seu saudoso pai Ari Cunha, é de 11 de maio de 1962.

O Hélio Marcos sou eu e esse “governo” era a primeira diretoria eleita para o Grêmio Literário Anchieta de Brasília (Glab), do 1º ano ginasial, e que meses depois, com grêmios de outras séries, veio a constituir o Movimento Estudantil Trinta de Agosto (Meta), que também presidi, no Colégio Dom Bosco.

Sob comando de um professor de português, o padre salesiano José Leopoldino, tínhamos aula de organização política brasileira na prática. Os alunos elegiam o presidente do Meta, que escolhia o primeiro-ministro, e os governadores de cada classe. Elegiam também os deputados e senadores, e havia também um tribunal de justiça.

Como o Brasil, em 1962, vivia sob regime parlamentarista, reproduzimos essa estrutura até que o presidencialismo voltou, em 1963. Três partidos disputavam as eleições: a União dos Jovens Democratas (UJD, o meu partido) e sua dissidência Partido Democrático Estudantil (PDE), ambos presidencialistas, e o Partido Parlamentarista Nacional (PPN). Tínhamos até Código Eleitoral.

Dos 10 “ministros” citados, continuei tendo contato com quatro ao longo dos anos: Mário Jorge Dias Carneiro, professor universitário; Ítalo Silgueiro Filho, publicitário; George Ney Fernandes, embaixador aposentado; Dimer Monteiro, professor universitário, diretor de teatro e ator, já falecido. Há poucos anos soube que Rui Lemos Sampaio presidia uma grande empreiteira. Dos demais, gostaria de ter notícias. Grande abraço, Hélio

» A frase que foi pronunciada

“Uma carta sempre me pareceu como a imortalidade, porque é a mente sozinha, sem a companhia corpórea.”

Emily Dickinson

» História de Brasília

E por falar nisto, estão enganando o presidente da República. Houve uma decisão para reiniciar as obras em Brasília. O IAP-FESP e o IAPM lançaram-se numa euforia arquitetônica e pararam no meio do caminho. (Publicada em 11/5/1962)